

## **Classes e Conservadorismo nas Manifestações Pró-*impeachment***

Wendel Alves Damasceno<sup>1</sup>

**Resumo:** O seguinte artigo busca tratar da relação entre o caráter moderadamente conservador das manifestações pró-*impeachment* de 2015 e 2016 e questões estruturais de classe, cuja as características de renda e desigualdades são bastante diferentes em relação a outros períodos. Pesquisas estatísticas, entrevistas e outras fontes foram combinadas para esclarecer sobre aspectos ideológicos e de classe, que moveram muitos debates acadêmicos e virtuais e posicionamentos durante o período.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Desigualdades sociais; Política; Classe média.

### **Classes and Conservatism in the Pro-*impeachment* demonstrations**

**Abstract:** The following article seeks to address the relationship between the moderately conservative character of the pro-*impeachment* protests of 2015 and 2016 and class structural issues, which the income characteristics and social inequalities are quite different when compared to other periods. Statistics, interviews and other sources were combined to clarify ideological and class aspects, which moved academic and virtual debates as also political positioning during this period.

**Keywords:** Conservationism; Social inequalities; Politics; Middle class.

#### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo analisar como o equilíbrio de forças entre os diversos interesses de classes e setoriais pode ser afetado quando o Estado promove redistribuição de recursos financeiros e políticos para áreas habitualmente negligenciadas, com indivíduos sujeitos a discriminação racial ou a ciclos de pobreza que se reproduzem a décadas no Brasil.

O indicador deste desequilíbrio de interesses, aqui analisado, são as manifestações

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista pela Capes. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista *latu sensu* em Ensino de Sociologia pela Universidade Cândido Mendes. E-mail para contatos: wendeldamasceno@yahoo.com.br

*pró-impeachment*, 2015 e 2016, cujas as pautas e reivindicações moderadamente conservadores se entrelaçam com as mudanças econômicas que elevaram o poder aquisitivo das classes baixas.

A base de pesquisa deste artigo se constitui na análise de resultados de pesquisa sobre perfis dos manifestantes *pró-impeachment*, 2015 e 2016, e também na análise do trabalho de Antônio Flávio Pierucci na década 80 sobre conservadorismo e classe média.

O aspecto marcadamente recente dos fatos implicou num largo uso de referências jornalísticas, já que pouco pode ser citado de pesquisas ou livros como referências. Mas em todo caso, todas as notícias têm links para as versões on-line, onde podem ser conferidas. Foi utilizado também dados de pesquisas estatísticas sobre distribuição de renda e desigualdades sociais no Brasil.

Durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), seus 13 anos no poder, vivenciamos as famosas *Jornadas de Junho de 2013*, seu caráter apartidário no início se tornou foco para expressão e manifestações de ideologias e grupos de direita. Neste mesmo período, principalmente após o período mais próspero da nossa economia, vimos não só projetos de leis, outrora desprezados e esquecidos no congresso, ganharem a agenda política com suas reivindicações por parte de diversos setores e grupos sociais.

Questões tais como redução da maioria penal, limitação da atuação do professor, agora visto como uma ameaça doutrinária, maior controle sobre atuações políticas nas redes sociais e possível tipificação como terrorismo de movimentos sociais e protestos nos mostram como o cenário social se tornou propício ao que antes seria visto como retrocesso político.

É importante deixar claro que veículos de imprensa como a Revista Veja e similares atuam com um discurso de oposição ao Partido dos Trabalhadores bem antes da atual crise, assim como a Rede Globo de televisão e outros canais. Da mesma forma, conservadores que antes eram pouco conhecidos como Olavo de Carvalho e o deputado Jair Bolsonaro ganharam destaque público como heróis e referências políticas nos últimos anos.

A crise não atingiu igualmente todas as classes sociais e foi vivenciada de formas diferentes a medida em que ela foi alcançando os diversos estratos sociais. Os programas sociais e o próprio direcionamento das políticas sociais do referido governo permitiram proteger as camadas mais baixas da crise econômica, diferente da classe média que começou a

sofrer com achatamento de renda e a valorização do salário mínimo aproximando o padrão de consumo do trabalhador dos setores mais baixos da classe média.

Estes setores de classe média, afetados com redução de oportunidades de trabalho e achatamento de renda, viram esta valorização e proteção do trabalhador das classes mais baixas como um projeto de governo comunista, nos termos mais típicos um projeto de *governo bolivariano*. Foi neste contexto em que ideias e personagens outrora condenáveis e desprezados voltaram a cena, como os clamores pela volta da ditadura militar, pela maior repressão policial e medo da ameaça comunista.

Símbolos e plataformas políticas do governo do Partido dos Trabalhadores como promoção da igualdade de oportunidades, inclusão de minorias sociais em universidades e outros meios de proteção social como políticas de direitos humanos, se tornaram o alvo da desta reconfiguração ideológica. Era preciso deslegitimar estas políticas em seu caráter constitucional e ressignificá-las como um projeto comunista de empoderamento de uma classe e grupos minoritários contra outra.

Se antes esta desconstrução se dava no interior de alguns partidos de oposição e de grupos políticos e ideológicos pouco expressivos, a situação econômica enfrentada pela classe média era associada ao cenário descrito pelo conservadorismo. Em outras palavras, as condições concretas em que vivia esta classe média permitiam esta interpretação econômica e social dos fatos que a cercavam.

O encontro de ideologias de direita com os questionamentos econômicos e sociais da classe média em geral prepararam terreno para que criassem uma pauta comum organizada que poderia ser incorporada por qualquer grupo de pressão organizado. As marchas pró-*impeachment* eram questão de tempo.

É importante deixar claro logo no início que antes mesmo que as acusações e investigações contra o PT e demais partidos, inclusive de oposição, ganhassem força tanto concreta quanto inflada pela mídia, este caráter de oposição da classe média ao governo já estava tão forte a ponto de vivenciarmos o episódio em que a própria presidente Dilma Rousseff fora vaiada e ofendida na abertura da Copa do Mundo no Brasil. Não havia nesta época a relevância que tem hoje a operação investigativa da Lava Jato.

### **Aproximação das Classes Baixas em Direção às Classes Médias**

Segundo a cientista política Marta Arretche, em uma entrevista dada ao jornal Valor Econômico (KLEIN, 2016), o significativo investimento do governo do PT em áreas sociais, através de programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, entre outros, demanda recursos financeiros que se tornaram mais escassos com a crise internacional e queda de valores de *commodities* como petróleo que auxiliavam no seu financiamento.

A fonte alternativa de recursos para a manutenção destes programas seria o aumento de impostos, o que contava com pouco apoio de diversos setores em geral (KLEIN, 2016). Sem apoio do próprio partido para fazer os ajustes necessários (KRAKOVICS, 2015) e sem a confiança do mercado financeiro, o segundo mandato de Dilma Rousseff se viu num dilema que deixou seu governo vulnerável a interesses partidários de aliados quem em outros momentos não encontravam força para se fazerem presentes na pauta política.

Se por um lado o cenário econômico internacional dificultou a arrecadação nas fontes habituais para estes programas, por outro não havia nem o apoio suficiente para o aumento da arrecadação de impostos e nem para reduções nos investimentos em programas sociais (BECK; DAMÉ, 2015). Este impasse, que enfraqueceu a governança da presidente, permitiu que grupos secundários e fisiológicos de outrora ganhassem força e espaço tanto na mídia quanto no congresso. Se beneficiando inclusive de um aumento no número de congressistas em 2015 considerados conservadores segundo pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP (CARAM; SOUZA, 2014).

Segundo Marta Arretche (KLEIN, 2016) haveria certa *vingança social* da classe média expressa pelo desprezo e culpabilização dos programas sociais efetivados pelo PT dado que no período mais próspero do governo houve escassez de trabalhadores não qualificados e uma contínua política de valorização do salário mínimo. Como explica Marta Arretche “o mal-estar da classe média baixa — dos que estão ligeiramente acima dos pobres, e que não podem mais arcar com os custos do aumento do poder de barganha do andar de baixo — continuará, prevê Marta, mesmo com o fim da era PT no poder federal” (KLEIN, 2016).

Embora de forma mais emblemática do que representativa, as vaias e ofensas dirigidas a então presidente Dilma Rousseff durante a abertura da Copa das Confederações e

Copa do Mundo de Futebol em 2014 não foram no contexto atual marcado pelas denúncias de corrupção contra o PT, aliados e oposição, mas num outro contexto pré-eleição e de acirramento ideológico que levariam a reeleição por 53% dos votos de Dilma Rousseff

Em outras palavras, o aumento do poder aquisitivo dos setores antes empobrecidos não foi acompanhado de um proporcional aumento nos ganhos da classe média. Como sintetiza Scalon e Salata:

Entre 2002 e 2009, a participação da “Classe C” – que vem sendo chamada de nova classe média –, no recorte estudado, passou de 45,4% para 54,2%. A “Classe A & B” correspondia a 13% do recorte, em 2002, passando para 17%, em 2009. A “Classe D”, que, em 2002, respondia por 15,5% do recorte, em 2009 cai para 12,2%. Por fim a “Classe E” apresentou uma substantiva diminuição, indo de 26,1%, em 2002, para 16,5%, em 2009. Desse modo, percebemos uma melhora na distribuição de renda, com os grupos de menor renda diminuindo sua participação e os grupos de renda média e alta intensificando sua presença. Devemos destacar a notável queda da participação da “Classe E” e também o correlato aumento da “Classe C”. (2012:394)

Como afirma Marta Arretche, com o aumento do ganho destes setores aumentou também os custos de vida da classe média, contratante de serviços como de pedreiros, mecânicos, empregadas domésticas e outros (KLEIN, 2016). O que produz um aparente efeito de empobrecimento da classe média as custas de uma valorização de setores anteriormente mais pobres. O que significa também que os custos sociais e educacionais para se adquirir certos bens como automóveis e casas se tornaram acessíveis as demais classes via programas sociais e política salarial.

Desigualdade - De acordo com a PNAD, a desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente desde 2001. Entre 2001 e 2011, a renda *per capita* dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda. (IPEA, 2014: 6)

Outra fonte que convém citar, apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), reforça esta redução das desigualdades sociais no Brasil, o que não quer dizer aumento quantitativo da classe média (via mobilidade social), mas uma redução da

distância entre médias de renda entre as classes.

Segundo a Unesco, dois terços dos países do mundo vivenciaram aumento de desigualdade no período recente. A exceção são os países da América Latina, o continente com maior desigualdade, onde a mesma apresenta tendência de queda generalizada no período. Nos demais BRICS, a desigualdade, embora mais baixa, subiu entre 2000 e 2007. O crescimento da renda dos 20% mais ricos no Brasil foi inferior ao de todos os BRICS, enquanto o crescimento de renda dos 20% mais pobres supera o de todos os demais, com exceção da China. (IPEA, 2014: 7)

É importante ressaltar que as desigualdades sociais são características diversas que as diferentes estratificações sociais podem apresentar. Ela pode resultar de diferenças de renda e status social entre os estratos, pela diferença entre os ocupantes de posições mais valiosas e daquelas menos valiosas, assim como nível de mobilidade social.

Segundo Fred Hirsch (1976), os bens e serviços utilizados em uma competição posicional sofrem o que o autor chama de *escassez social*. Isto se deve ao fato de que o valor de um bem, por exemplo, educação formal, possui seu valor pela escassez. De forma que se for alcançado por certa quantidade de pessoas, ele perde seu valor de escassez (no caso garantias e reserva de mercado). É a ideia de que um bem por todos almejado, quando por todos alcançados perde o valor de escassez e os benefícios a isto ligado. Como explica o próprio Hirsch:

A escassez social é um conceito básico nesta análise. Ela expressa a ideia de que boas coisas são limitadas não só pelas restrições físicas a sua produção, mas também pelos limites absorventes de seu uso. Quando o ambiente social tem uma capacidade limitada de ampliar o uso sem deteriorar a qualidade, impõe limites a satisfações que não dependem do produto ou facilidade isoladamente, mas das condições que cercam seu uso. (1976:16)

Estas condições que “cercam seu uso” é o cenário em que a posição da classe média não garante a mesma exclusividade de antes a certos bens e serviços, que passam a ser acessíveis aos demais e mais custosos para ela. Não é de se estranhar que esta oposição aos programas e políticas sociais do governo tivesse fundamento nesta sensação de maior igualdade ameaçando bens defensivos, educação por exemplo, e posicionais que outrora asseguravam o acesso restrito a recursos por uma classe que não proprietária de capital, mas que também não se identifica com o trabalhador comum (SCALON; SALATA, 2012:389).

Eles apontam que segundo os conceitos e modelos sociológicos de classe social, não houve mudanças significativas na estratificação que permitam falar em uma *nova classe média* ou no aumento da classe média tradicional (SCALON; SALATA, 2012). Estes autores não consideram que só o aumento de renda possa implicar em mobilidade de classes ou mesmo suficiente para se definir classes e os elementos econômicos e sociais que as constituem (SCALON; SALATA, 2012: 388).

A pesquisa apresentada por Scalon e Salata (2012) é muito enfática ao ressaltar que a distância em termos de remuneração entre classe média e trabalhadores manuais foi reduzida. Tomando como base informações estatísticas compiladas pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), comparando 2002 e 2009, a pesquisa apresentada possui ainda mais informações que não foram sintetizadas aqui, mas que confirmam a ideia principal que é a aproximação entre estratos mais baixos e os médios e, como defende este artigo, a tensão disto decorrente.

### **Perfis Sócio Econômicos dos Manifestantes de 2014 e 2015**

Por ocasião dos protestos de 2014 e 2015, contra corrupção e contra o governo, alguns institutos de pesquisa privados e pesquisadores ligados a universidades, investigaram através de entrevistas o perfil social, político e econômico dos manifestantes. Nesta seção serão sintetizados alguns resultados, mais relevantes para o objetivo do artigo que é a posição política e comportamentos que poderiam ser considerados conservadores e a relação com mudanças econômicas e de renda implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Segundo a pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisas Data Folha (2015), no dia 15 de março de 2015, dia de uma das maiores manifestações diretamente contra o governo já realizadas, a maioria dos entrevistados tem mais de 36 anos (58%). A pesquisa aplicou métodos de amostragem que permitem extrapolar estas informações para o conjunto dos manifestantes.

Em relação a preferência partidária, 51% se declararam sem preferência, enquanto 37% declararam ter preferência pelo PSDB. Em relação a ligação com os grupos organizadores dos protestos, 91% declaram não ter nenhum tipo de ligação. 82% votaram no

candidato Aécio Neves para presidente. 47% alegaram estar protestando contra a corrupção, enquanto o restante alegou protesto por *impeachment* (27%) e contra o PT (20%). 85% declararam que democracia é a melhor forma de governo sempre. Posicionamentos mais extremos, numa escala elaborada pela pesquisa, 27% se posicionaram pela direita e 6% por esquerda.

Analisando esta pesquisa, é possível notar que o posicionamento contra a corrupção divide os apelos com o posicionamento contra o PT e contra a presidente Dilma Rousseff. A maioria são de eleitores do candidato à presidência Aécio Neves. Mas metade não tem preferência por partido algum e 37% preferem o PSDB. O posicionamento pela democracia em qualquer circunstância foi de 85%.

Embora falte alguns dados que seriam relevantes para a pesquisa é possível notar que não se tratam de manifestantes predominantemente a favor de ditadura, ainda que metade não se posicione por qualquer partido. Características mais acentuadas de posicionamento a esquerda ou à direita não chegaram a 35%. O caráter seletivo das manifestações é menos evidente do que seu caráter diversificado. 77% afirmaram que o trabalho dos deputados e senadores é ruim ou péssimo. No geral a visão de que a corrupção existe em só partido não é predominante. Nem se trata de predominância do eleitorado do PSDB e demais partidos de oposição.

A Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG, 2015) também promoveu uma pesquisa, coordenada pelo Grupo Opinião Pública, sobre perfis dos manifestantes de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, na manifestação do 16 de agosto de 2015. Foram realizadas 435 entrevistas de caráter amostral, cujos resultados serão sintetizados aqui.

Uma das questões colocadas sobre quais seriam os dois maiores problemas do Brasil, a *corrupção* apareceu com 55,1% das respostas mencionadas e as outras 22 respostas dividiram o restante das menções. Respostas como *comunismo* e *desigualdades sociais* aparecem com 0,5% e 0,9% respectivamente, o *PT* aparece 2,1%.

Em relação ao que seria no momento a melhor opção para o país, alternativas como renúncia e *impeachment* somam 77,2% das respostas, enquanto intervenção militar apresenta



13,1%. Embora 29% dos manifestantes declarem preferência pelo PSDB, a preferência por nenhum é de 51,4%. O restante dos resultados se dispersam por outros partidos. A questão sobre a situação econômica pessoal apresentou 66,6% de pior e muito pior do que a 10 anos atrás. Enquanto 16% apontou respostas afirmando melhoria. Para 15,4 % não houve mudanças.

Esta pesquisa também realizou perguntas que apontariam mais especificamente para o perfil ideológico dos participantes. Nem todas serão apresentadas aqui, mas é possível perceber que posições mais pontuais como aborto, redução da maioridade penal, Bolsa Família, uso e legalização de maconha, não possuem mais que 40% de posicionamento totalmente contra, mas somados aos parcialmente contrários conseguem em média 60% em relação aos indiferentes ou a favor de uma posição menos conservadora. Infelizmente, os dados disponíveis da pesquisa não permitem perceber a predominância de respostas totais, de forma que não sabemos o que é totalmente contra o aborto é assim também em outras questões. É possível adiantar, a quem queira analisar com mais profundidade estes dados, que predominam respostas parcialmente conservadoras, embora as parciais e totalmente sejam, a maioria nos diversos casos.

47% são parcialmente a favor de intervenção militar em casos de caos social. 34% discordam totalmente, enquanto 18,2% concordam totalmente. Destacam-se a predominância de mais de 60% de respostas totalmente contrárias ao MST e a legalização do uso da maconha, ao contrário do união estável entre pessoas do mesmo sexo, tem 49% de respostas parcialmente favoráveis e 22,4% totalmente contrárias. Se declararam também eleitores atuais de Aécio hoje, 48,6%, enquanto de Jair Bolsonaro, 6,7%.

São a maioria brancos (58,8%) e 52% com curso superior. 12,2% tem formação superior incompleta, mas não há informações se isto se deve a abandono ou por estarem cursando. 56% possuem renda acima de cinco salários mínimos. De dois a cinco salários são 28,1%.

De acordo com os dados apresentados e considerando as perguntas e respostas como indicativos de caráter conservador, é possível dizer de forma geral que os manifestantes são predominantemente conservadores, de forma parcial ou acentuada. Não necessariamente

apologistas de intervenção militar ou ligados a partidos específicos. Concentram-se na faixa de cinco salários mínimos a nove (26%) e dez salários mínimos ou mais (30,6%). A pesquisa não apresenta dados que permitam que se especifique os perfis de renda com as respostas mais ou menos acentuadas do caráter ideológico.

Outra pesquisa sobre o perfil dos manifestantes de São Paulo (16 de agosto de 2015), conduzida por Esther Solano, Pablo Ortellato e Lúcia Nader (2015), respectivamente da Unifesp, USP e da ONG *Open Society*, apresentou resultados semelhantes. Os manifestantes contrários ao *impeachment* também foram entrevistados, mas com questionários diferentes o que dificulta algumas comparações.

Possuem escolaridade superior 65% dos entrevistados e 12% superior incompleto, que pode significar abandono ou em curso, a pesquisa não deixou claro isto. 73% considerados brancos. As rendas se concentram na faixa de 7.880 reais a 15.760 (28.9%) e R\$ 3 940 a R\$ 7 880 (22.5%).

Foi perguntado aos 405 entrevistados sobre o que considerariam uma boa solução para a crise. A opção *entregar o poder aos militares* teve 71% de respostas *não concordo* e 13.10% de *concordo totalmente*. Os que concordam parcialmente somam 15.10%.

Sintetizando algumas questões colocadas sobre impostos e investimentos públicos, a maioria acredita que paga impostos excessivos e que estes são mal utilizados. Acreditam que o estado deva prover estes serviços e com qualidade. É interessante como nesta e em outras pesquisas como o posicionamento contra o Programa Mais Médicos é predominante, nesta pesquisa foram 74.8%.

É possível afirmar que o posicionamento destes manifestantes em relação a temas como cotas raciais, relações homo afetivas, uso de maconha são muito parecidos como os captados pela outra pesquisa em Belo Horizonte. A forma diferente como as questões foram colocadas limita as comparações, mas de forma geral é possível dizer que repetem padrões de mais tolerância em relação aos homossexuais do que com as cotas raciais e uso da maconha. Em relação ao papel destinado aos militares na resolução da crise tanto numa pesquisa quanto em outra não há predominância de apoio, somados os que são totalmente favoráveis com os

parcialmente favoráveis não temos mais que 30%.

O grupo também conduziu outra pesquisa (SOLANO, 2016) também foi feita com manifestantes contra o *impeachment* (manifestação ocorrida em 31 de março de 2016), mais com algumas questões diferentes quanto a questões ideológicas, o que dificulta comparações. 58% dos entrevistados tem curso superior completo e 18,10% incompleto. 60,2% são brancos. A renda se situa nas faixas de 4.400 a 8.800 reais (31.9%) e 2.640 reais a 4.400 (22.6%). Possuem perfis de cor e escolaridade semelhantes aos outros manifestantes, mas são mais jovens e com menor renda, mas não se situam predominantemente nos perfis abaixo do que se poderia classificar como classe média – mas não há dados sobre ocupações o que limita a análise a renda e escolaridade. É possível afirmar comparando as rendas mais baixas tanto em uma quanto em outra manifestação, que o trabalhador com renda até 1.760 reais (faixa dos manifestantes contra o *impeachment*) e 1.576 reais foram respectivamente de 13% e 6%.

Infelizmente, as pesquisas foram feitas com metodologias e objetivos diferentes, sem que houvesse propósito de comparar grupos entre si. O aspecto conservador dos manifestantes contra a corrupção é evidente, mas o aspecto partidário é frágil, com a maioria não manifestando preferências. Não são predominantemente autoritários, no sentido de apoiarem intervenções militares e muito menos governos ditatoriais.

São tolerantes em relação a temas mais discutidos e debatidos como relacionamentos homo afetivos e mesmo uso de maconha, mas são mais resistentes a mudanças pouco adequadamente debatidas pela opinião pública como o Programa Mais Médicos e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, cotas raciais, embora apoiem a reforma agrária e melhorias na saúde pública.

É evidente nestas pesquisas que o caráter contrário ao Partido dos Trabalhadores se representa tanto pelas políticas a eles associadas, cotas raciais e apoio ao MST, quanto a corrupção associada aos mesmos. Embora haja um descrédito nos partidos em geral e no congresso, o PT foi selecionado como uma síntese de suas oposições: corrupção, direitos humanos, programas inclusivos e crise econômica (lida dentro das dificuldades concretas que enfrentam).

### **Velhas Ideologias para Novos Problemas**

As análises sociológicas e da ciência política sobre o conservadorismo no Brasil perpassam a história da implantação destas disciplinas no Brasil. Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, Raymundo Faoro são exemplos destas vertentes que aprofundaram aspectos diversos deste conservadorismo nos costumes, na política e na própria estrutura social. Os clássicos estudos de Florestan Fernandes e outros nomes se debruçaram sobre o caráter conservador das oligarquias e as vias modernizadoras por eles moldadas ou negociadas.

O espaço e objetivos deste artigo não permitem o aprofundamento nesta rica sociologia interpretativa do Brasil. Por questões mesmo de tempo, política de financiamento de pesquisa e campo acadêmico, as pesquisas hoje precisam se situar sobre dados mais concretos sejam por pesquisas diretas via entrevistas e observação de campo ou inferências estatísticas.

Antônio Flávio Pierucci (1999) conduziu no final da década de 1980 uma pesquisa na região metropolitana de São Paulo com o intuito de traçar as características do conservadorismo, expresso nos posicionamentos sobre políticas, mudanças sociais e costumes.

Conduzido através de entrevistas diretas *vis a vis*, a pesquisa nos legou informações e relações interessantes para falarmos sobre este conservadorismo hoje. Foram 150 entrevistas, sendo a escolha condicionada a opção do entrevistado por Maluf ou Jânio Quadros (PIERUCCI, 1999:59). As entrevistas foram registradas e analisadas em gravações.

É interessante para começarmos uma comparação com as informações da seção anterior, é que os entrevistados não apresentavam opiniões que pudessem ser classificadas como liberais nem no sentido político nem econômico (Op. Cit.: 60). Segundo autor isto seria a visão de outra direita, que não a dos entrevistados.

A questão dos direitos humanos é vista por muitos deles como forma de incentivar a *vagabundagem* e a *bandidagem*. Compartilham discordâncias em relação ao posicionamento da Igreja Católica em relação a precariedade dos presídios e de maior humanidade no

tratamento dos presos (PIERUCCI,1999: 61).

A questão da criminalidade era vista como um problema gerado por quem não gosta de trabalhar. O *paulista*, visto como afeito ao trabalho, não precisaria roubar e nem matar. Enquanto o nordestino que buscava vida fácil é visto como potencialmente criminoso. A questão do aumento das penas como forma de reprimir e diminuir a criminalidade é sempre posta.

Existe uma visão do paulista, do tipo trabalhador, classe média, que se deu bem trabalhando duro, e daquele que não se insere, dado o inchaço da cidade que não em tantos empregos assim e dos vagabundos que rejeitam o trabalho. O autor ressalta disto o caráter do preconceito social. Na verdade, é uma visão da perspectiva da classe média, que tende a analisar o mundo do trabalho como homogêneo e semelhante as vias disponíveis aos mesmos de inserção no mercado de trabalho.

É interessante notar que tanto na época quanto nos dias de hoje, o comunismo não representava um aspecto preocupante no pensamento conservador dos perfis pesquisados. Como nas pesquisas tratadas na seção anterior, ele não aparece como constituinte das preocupações e discursos contra o Partido dos Trabalhadores. Como bem descreve Pierucci “E a falta de referência politicamente tensionada aos adversários de classe, de que é emblema o nome comunismo, facilita enormemente a contaminação (desastrosa sob todos os aspectos) do julgamento político pelos juízos moralizantes. Que predominam” (1999: 70).

Da mesma forma, conforme nas pesquisas citadas não temos uma polarização predominante em torno de uma ideologia partidária. As manifestações contra o governo não foram contra o comunismo ou o socialismo, mas direcionadas em primeiro lugar às práticas de corrupção no Estado e programas sociais vistos por eles como contrários a ideologia do trabalho e da meritocracia. Não há uma síntese destes aspectos em nome como comunismo, pelo menos não na maioria.

De acordo com a pesquisa de Pierucci, embora os entrevistados apoiassem candidaturas de uma direita conservadora, não aceitavam e nem se identificavam com o que o termo *direita* pudesse significar. Na verdade, o termo na época se associava a política

dominante na ditadura militar em termos de autoritarismo e repressão, se dizer de direita significava se atrelar aos valores e ideias do regime militar. “Mas são casos raríssimos, tal a carga pejorativa e a ressonância desagradável que a designação direita passou a ter no país nas últimas décadas: é como se tudo, daquele lado, estivesse marcado de infâmia” (PIERUCCI, 1999: 73).

Como mostrado nas pesquisas anteriores, não predominava entre os manifestantes esta auto identificação política com direita ou esquerda. Nos entrevistados da época, havia uma diversidade muito grande entre os selecionados pela posição janista ou malufista, de partidários a sem partidos definidos, mais ou menos liberais em um outro aspecto moral, apologistas da ditadura militar, etc. (*Op. Cit.:* 79). São na maioria dos casos favoráveis a maior participação do Estado e poucos os que pudessem ser identificados como neoliberais, como também apontado nas pesquisas atuais citadas.

O autor aponta a importância da família como aspecto importante de defesa e proteção por parte das leis e dos costumes (*Op. Cit. :* 80). Segundo o autor a família teria mais prioridade do que a empresa. As desigualdades sociais, políticas e justiça social eram vistos sob a ótica da proteção à família. É importante notar que a família articula o trabalho e a profissão. O modo de vida de uma família resulta da profissão e das remunerações a ela relacionadas. O trabalho é o meio de proporcionar a continuidade de uma família e como tal a rejeição ao liberalismo, no sentido de transformá-lo ou reduzi-lo a uma mercadoria, é vista com ressalvas.

Trata-se de condições de trabalho da relação entre as regras conhecidas e habituais com as condições de retribuição estabelecidas e o medo da ameaça a estas regras, que podem vir tanto de um *Estado Mínimo* quanto de uma maior equalização de oportunidades na disputa e conservação de ocupações.

É importante ressaltar que em relação a temas como sexualidade houve uma mudança muito grande em relação a aceitação das relações homoafetivas. Visto que na época, conforme descreve o autor (*Op. Cit:* 83), todos falavam em maior necessidade de intervenção do Estado em termos de legislação moralizante.

Tanto a direita quanto esquerda mais ativas tinham esta preocupação com a moralidade. O que implica em uma visão menos sistêmica em relação aos problemas econômicos e sociais e mais morais, no sentido costumes, instituições e hábitos. Isto resulta da aceitação e conformação com a estrutura social e econômica. Quando as pessoas vão às ruas contra aumento na passagem de ônibus não estão apresentando questões contra o sistema, mas quanto aos ajustes. Da mesma forma com a corrupção, não se trata de uma luta contra o sistema político e econômico, mas de um ajuste e de um combate de seu desvirtuamento. Afinal, seria a má aplicação dos recursos o responsável pela má qualidade da saúde e da pobreza – como concorda a maior parte dos atuais manifestantes e provavelmente os conservadores da década de 1980.

É muito importante considerar o contexto econômico do final da década de 1980 para compararmos com a situação atual no que se refere a classes sociais. Para isto, o estudo de Carlos Antônio Ribeiro (2004) sobre estruturas de classe e condições de vida no Brasil são muito pontuais. Segundo o pesquisador, embora as condições de vida no geral tenham melhorado no Brasil entre 1973 a 1996, não houve mudanças significativas em relação às desigualdades de condições de vida (RIBEIRO, 2004: 397).

Em relação a renda, especificamente, as desigualdades não se alteram no período de 1982 a 1996 (*Op. Cit.*: 398). O que implica que os aumentos são proporcionais, não havendo um distanciamento ou aproximação significativas entre as classes sociais.

É interessante ressaltar que o acesso à educação básica ampliou significativamente entre 1973 e 1982, mas quanto ao ensino superior, o acesso não só não aumentou significativamente como a desigualdade no acesso também não foi alterada (*Op. Cit.*: 400). O que implicava que o acesso ao ensino superior ficou por muito tempo restrito a certas classes sociais.

Esta pesquisa baseada em estatísticas oficiais sobre renda, consumo de bens e ocupação nos dá um panorama básico das desigualdades e estruturas de classe no Brasil nestas duas décadas. Como sintetiza o próprio autor:

A pequena diminuição na desigualdade de oportunidades observada entre 1973 e 1996 está ligada apenas ao declínio do trabalho rural e ao aumento do

trabalho no setor informal urbano (concentrado, em grande parte nas classes IVa e IVb). Todas as outras chances relativas de mobilidade social, envolvendo outras classes, permaneceram inalteradas entre 1973 e 1996. (*Op. Cit.*: 414)

Enfim, embora os conservadores da classe média compartilhem muitas visões negativas a respeito de direitos humanos, valor da família, meritocracia e intervenção do Estado, não viveram os anos 1980 a situação, por mais tímida que fosse, alterações na estrutura de classe. Não viveram uma significativa política de valorização de salário mínimo, aumento de consumo de bens e oportunidades de estudos por parte das classes mais baixas, antes relegadas a posição de origem.

Também não viveram juntamente com o processo descrito um achatamento constante de suas remunerações e redução de oportunidades de emprego, dado ao agravamento da crise econômica. Talvez tenham sido os primeiros a sofrerem a crise econômica antes que ela reverberasse em aumento de desemprego nas classes mais baixas.

A articulação entre estruturas sociais que constituem as classes e seus mecanismos de reprodução e as formas como a legitimação da desigualdade é promovida é o ponto chave na compreensão das colocações aqui apresentadas. Este antagonismo, tal como conceitualizava Bourdieu (2010), se dava tanto no conflito direto pela distribuição dos recursos produzidos quanto no campo da legitimação, isto da hegemonização de uma visão de mundo que comporte as desigualdades que favorecem uma classe em relação a outra.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. (BOURDIEU, 2010: 11)

O que se observa é que a mídia e outros grupos de interesses tiveram grande papel na formação de certa consciência contra o governo. Mas sem que as condições de classe não estivessem sob ameaça de mudanças e descontinuidades, elas não seriam potencializadas a ponto de converter em ação e mobilização estes pensamentos em atitudes e posicionamentos, tal como foram vistos nas diversas marchas e manifestações contra o governo.



Mesmo a persistente moral conservadora da classe média não foi suficiente para sozinha desencadear as reações e manifestações que deram fundamento político ao processo de *impeachment* que levou ao afastamento da presidente Dilma Rousseff. Mas é importante deixar clara que a concepção de Bourdieu, ainda que bem menos radical do que a interpretação marxista comum, em relação ao papel determinante das estruturas sobre a superestrutura, nunca desconsiderou de fato a força predominante daquelas.

### **Conclusão**

Pelo alcance da proposta do artigo e dos materiais que estavam disponíveis, é possível afirmar que os movimentos de rua de 2015 e 2016, contra o governo, apresentam características ideológicas e morais semelhantes à classe média da década de 1980, pelo menos àquela pesquisada por Pierucci (1999).

Não se trata de uma maioria de manifestantes radicalizados por discursos contra o comunismo ou de apelo aos militares por solução política. Conforme a análise das diversas pesquisas citadas acima, como as de Esther Solano (2015) sobre o perfil destes manifestantes. A pauta contra o Partido dos Trabalhadores pode ser compreendida pelos seguintes aspectos da classe média que foram de muitas formas ameaçados ou alterados pelo governo petista:

- a) A política inclusiva do Partido dos Trabalhadores em relação a cotas raciais implica aparentemente numa ruptura da meritocracia, no valor do trabalho e do esforço. Na leitura da classe média, as cotas servem para garantir vagas aos que não tiveram capacidade e esforço.
- b) A promoção de direitos humanos, bandeira clara não só do governo petista, mas na atuação de muitos dos seus congressistas, soam enganosamente como proteção de bandidos e algo responsável pelo aumento da criminalidade. O que está em oposição a ideia de que é pelo trabalho e esforço que a vida deve ser ganha. A resistência a redução da maioridade penal, assim como outros aspectos relacionados foram muito evidentes nas ações tanto do governo federal como dos seus congressistas. Isto conforme o perfil estudado por Pierucci (1999) e apresentado nas páginas anteriores desta pesquisa.
- c) Maior acesso via cotas e mesmo abertura de vagas a formação técnica e superior

às camadas mais baixas da população. O que implica em desvalorização das vantagens da classe média, antes com acesso quase exclusivo a estas vagas. O que implica de acordo com o conceito de Bens Posicionais (HIRSCH, 1976) em desvalorização das vantagens posicionais desta classe.

- d) Aumento do consumo de certos bens, antes limitados a classe média, como automóveis, moradias, vestuários e turismo. O que implica em redução da exclusividade e mesmo de elementos distintivos de classe. Conforme o que foi exposto aqui das análises de Bourdieu (2010) e Hirsch (1976).
- e) Aumento do custo de serviços como de pedreiros, empregadas domésticas e outros prestadores, e achatamento da própria renda e de oportunidades de empregos e maiores salários em meio à crise econômica, como descreve Marta Arretche (KLEIN, 2016). De acordo com as análises aqui apresentadas sobre renda e consumo dos pesquisadores Scalon e Salata (2012).
- f) A unificação de programas sociais do governo anterior, constituindo o Bolsa Família e ampliando os recursos destinados, soou para o conservadorismo da classe média como desestímulo ao trabalho e sustento de “vagabundos”. A sua leitura limita a visão a respeito das trajetórias das outras classes ao modelo próprio de inserção no mundo do trabalho – onde garantidas a educação, motivação e preparação antes da vida adulta só esforço ou capacidade explicaria os sucessos e fracassos. O que está longe de ser a trajetória comum e possível às classes baixas. Conforme análise aqui apresentada de Antônio Pierucci sobre perfis conservadores e as pesquisas de opinião diversas anteriormente descritas aqui.

É importante ressaltar que problemas com corrupção e certa resistência a política inclusiva do Partido dos Trabalhadores não foram suficientes antes da crise econômica para levar as classes médias à rua. Sem que antes questões estruturais se constituíssem ensaiando certa ameaça a vantagens e privilégios de classe, tais movimentos não se configuraram.

Os radicais de direita, tanto conservadores como neoliberais, na sua vertente virtual e de arregimentação via redes sociais, estavam presentes desde o início dos anos 2000, sem que

conseguissem sozinhos alguma mobilização significativa. Não se encontra predominantemente entre os manifestantes seus valores e objetivos programáticos – conforme exposto em outra seção. Eles se correspondem mais com o conservadorismo da classe média estudada por Pierucci do que pelos valores da chamada *nova direita*. Políticos ícones da direita militarista como o deputado Jair Bolsonaro, não apresentam mais que 9% de apoio em todas as pesquisas aqui utilizadas.

Não é negada a evidente propaganda da mídia impressa e televisionada contra o governo do Partido dos Trabalhadores, com certeza influenciando e ajudando a acentuar antagonismo. Com certeza a associação entre corrupção e Partido dos Trabalhadores não teria sido tão propagada sem a atuação destes grandes grupos como Rede Globo e Editora Abril. Mas sozinhas, isto é, sem que as condições de reprodução de classe fossem ameaçadas pela crise e pelas políticas sociais do referido governo, não conseguiriam potencializar as manifestações – como não conseguiram em episódios como do *mensalão* e da reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Época em que as condições econômicas permitiam promover justiça social sem ameaçar as vantagens dos já assegurados por suas posições de classe.

## Referências

BECK, Martha; DAMÉ, Luiza; GRANJEIA, Julianna. Em reação ao PT, ministro da Fazenda estuda novos cortes. **O Globo**. Rio de Janeiro, 11 fev. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/em-reacao-ao-pt-ministro-da-fazenda-estuda-novos-cortes-15303431>>. Acesso em 01 junho de 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARAM, Bernardo; SOUZA, Nivaldo. Congresso Eleito em 2015 é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 6 out. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 01 junho. de 2016.

DATAFOLHA. **Manifestação na Avenida Paulista**: 15 de março de 2015. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>.

**Revista Ensaios**, Vol.10, janeiro – junho de 2017. ISSN 2175-0564

Acesso em 02 de junho de 2016.

DILMA é hostilizada durante abertura da Copa do Mundo em São Paulo. **G1**, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: <[http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/dilma -e-hostilizada-durante-abertura-da-copa-do-mundo-em-sao-paulo.html](http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/06/dilma-e-hostilizada-durante-abertura-da-copa-do-mundo-em-sao-paulo.html)>. Acesso em 01 jun. de 2016.

HIRSCH, Fred. **Limites Sociais do Crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Comunicados do IPEA**, n.155, 25 set. 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicadodoipea155\\_v5.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf)>. Acesso em: 28 maio. de 2016.

PIERUCCI, Antônio F. **Ciladas das Diferenças**. São Paulo: ed. 34, 1999.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estrutura de Classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (orgs). **Origens e Destinos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. cap. 10, p.381-430.

SALATA, André; SCALON, Celi. Uma nova classe média no Brasil da última década? o debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 387-407, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922012000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200009)>. Acesso em 01 junho de 2016.

SOLANO, Esther (coordenação). **Pesquisa Manifestação Política 16 de Agosto de 2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br/pesquisa/160815/>>. Acesso em: 02/06/2016.

SOLANO, Esther (coordenação). **Pesquisa na manifestação contra o impeachment do dia 31 de março de 2016**. São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br/pesquisa/310316/>>. Acesso em 02 junho de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Grupo Opinião Pública. Pesquisa **Perfil Ideológico e Atitudes Políticas dos Manifestantes – Resultados**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0Bw3seZUv\\_\\_5uWmdBemhsOGE1SnM/view](https://drive.google.com/file/d/0Bw3seZUv__5uWmdBemhsOGE1SnM/view)>. Acesso em 01 de junho de 2016.

KLEIN, Cristian. “Vingança Social” de classe média corroeu apoio a PT, diz cientista. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4527533/%3Fvinganca-social%3F-de-classe-media-corroeu-apoio-ao-pt-diz-cientista>>. Acesso em 01 de junho. 2016.

KRAKOVICS, Fernanda. Lindbergh afirma que MP’s editadas por Dilma para endurecer benefícios trabalhistas são “tiro no pé”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 fev. 2015. Seção Brasil. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/lindbergh-afirma-que-mps-editadas-por-dilma-para-endurecer-beneficios-trabalhistas-sao-tiro-no-pe-15303129>>. Acesso em: 01 de junho. de 2016.